

Eixo temático: 6. Processos do ensino e da aprendizagem

Categoria: Trabalho completo

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESTRUTURA CURRICULAR DE UM CURSO DE PSICOLOGIA NA SERRA CATARINENSE

Diogo França

Graduando de Psicologia - UNIPLAC

Geraldo Augusto Locks

Professora no PPGE-UNIPLAC

Agência Financiadora: FAPESC/CNPQ

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre a (in)visibilidade da temática de gênero e sexualidade na estrutura curricular de um curso de Psicologia na Serra Catarinense. Entende-se que o currículo é formador de identidades, que reflete as estruturas sociais e sobre como a sociedade percebe as identidades de gênero e sexualidade. Possui como objetivo refletir e problematizar a (in)visibilidade das temáticas de identidades de gênero e sexualidade. Essas temáticas fazem parte da constituição de subjetividades do ser humano. A concepção teórica está embasada na perspectiva da educação *queer*, que busca acolher as diversidades dos sujeitos, possibilitando uma crítica à norma, problematizando a heteronormatividade. Possibilitando novas perspectivas para uma estrutura curricular, buscando sair de um campo da abjeção dessas temáticas. Utilizou-se de um respaldo teórico a partir dos escritos de Michel Foucault, Judith Butler e Richard Miskolci. Abordamos uma educação pautada na teoria *queer* que busca questionar as práticas hegemônicas e os dispositivos biopolíticos que disciplinam e controlam corpos e desejos, causando sofrimento a sujeitos que não seguem a norma. O trabalho foi realizado por meio de pesquisa documental. Constatou-se a partir deste estudo que a estrutura curricular do curso de Psicologia não apresenta indicações sobre como trabalhar a temática das identidades de gênero, apenas esboça sobre sexualidade no desenvolvimento humano, dentro de uma lógica normativa da heterossexualidade, não possibilitando questionar os padrões hegemônicos presente na sociedade.

Palavras-chave: Identidades de gênero. Sexualidade. Currículo. Psicologia.

INTRODUÇÃO

A educação vem sofrendo inúmeras modificações durante os últimos anos, assim como a

educação superior. Modificações que decorrem de adequação a legislações, a readequação curricular em outras diferentes mudanças que ocorrem na sociedade em geral. O ensino superior possui um compromisso com a preparação para o mercado de trabalho, e assim, sua estrutura curricular deveria contemplar a realidade em que a universidade está inserida. Pensando em um curso de Psicologia na serra catarinense sobre sua estrutura curricular atual, compreende-se que essa deveria responder aos aspectos sociais, culturais e históricos desta região.

A cidade de Lages, localizada na Serra Catarinense, ocupou o décimo sétimo lugar no ranking estadual de acordo com o Mapa de Violência contra a Mulher, datado de 2012, os índices de homicídios registrados no Brasil foram de 52.260, sendo que em Santa Catarina foram 111 mortes (WAISELFISZ, 2012). Se fizermos um panorama desses dados perceberíamos um contexto sexista, paternalista que vem ao encontro do machismo, promovendo essas formas de violência física, simbólica entre tantas outras expressões.

Se faz imperativo pensarmos nesse sentido, vistas a formação dos profissionais de Psicologia na serra catarinense, que são formados para atuarem nesse contexto regional, social, cultural e histórico, onde apresenta-se inúmeros fenômenos dessa natureza, a violência contra mulher, violência de gênero, entre outras.

Para abordar as temáticas de gênero e sexualidade na graduação, além das disciplinas obrigatórias podemos pensar em cursos de extensão, disciplinas optativas ou trabalhar essas temáticas transversalmente, porém ao se tratar sobre identidades de gênero, lesbofobia, transfobia e homofobia, percebe-se um despreparo dos profissionais, assim como existe uma acomodação das formas usuais de ensino, segundo Foucault (2010), “o essencial não são todos esses escrúpulos, o ‘moralismo’ que revelam, ou a hipocrisia que neles podemos vislumbrar, mas sim a necessidade reconhecida de que é preciso superá-los” (p. 30). E a necessidade de mudança de si para inserir profissionais que se permitam trabalhar com a temática, mesmo que de forma transversal.

Pensando nessas limitações e valorizações curriculares, o gênero e a sexualidade são componentes pouco abordados, Louro (2004), afirma que para pensarmos esses currículos escolares precisamos “pôr em questão a forma usual de conceber a relação professor-estudante-texto” (p. 65).

As relações de poder são circulantes, refletir sobre o currículo e a relação deste com estudantes e professorxs é importante, pensar como esse currículo produz sujeitos. Nesse sentido Silva (2002) aborda que “o conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indeléveis das relações sociais de poder [...] o currículo reproduz – culturalmente – as estruturas sociais” (p. 147), ou seja, se tais relações moldam os sujeitos, é importante pensar sobre gênero e sexualidade nos currículos buscando ressignificar normas hegemônicas de identidades de gênero e sexualidades que muitas vezes, são reforçadas nos currículos numa perspectiva opressora. Questionar o currículo também é questionar a norma social.

Ao valorizar apenas as especificidades perde-se espaço para temas relevantes para a vida, visto não ser uma temática específica para alguma área do saber, mas sim para todas. Sendo este um ensino transversal que perpassa todo currículo, temos a função de questionar pelos quais motivos a temática das identidades de gênero e sexualidade são ocultas.

A forma usual dxs professorxs como abordam a ementa, precisa ser questionada, e repensada nesse contexto, visto que ao pensarmos identidades de gênero e sexualidade estamos fazendo uma reflexão coletiva, mas também pessoal, somos sujeitos de sexualidade e constituímos nossa identidade de gênero a partir de um determinado contexto histórico, político, social em que estamos inseridos, tal como aponta Miskolci (2012) “a sexualidade envolve desejo, afeto, autocompreensão e até a imagem que os outros têm de nós” (p. 39), é imperativo que façamos uma auto-reflexão acerca da mesma.

Porém, é importante ressaltar que as identidades de gênero se configuram como o gênero ao qual a pessoa se identifica, podendo este ser ou não o gênero atribuído ao nascimento, ainda “identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem” (p. 24). Orientação sexual se configura como “atração afetivo sexual por alguém” vivência a qual é diferente “do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (JESUS, 2012, p. 26). Logo, identidades de gênero e orientação sexual são diferentes, podendo o sujeito ter um gênero diferente a sua característica biológica e sua orientação sexual independe de sua identidade de gênero. Assim, tais características perpassam a constituição de todos os sujeitos.

Não podemos pensar que a sexualidade é negada nesse contexto, mas pelo contrário, é importante problematizar qual é a forma em que essa sexualidade e expressões das diferentes identidades de gênero têm na nessa dada sociedade, Foucault nos ajuda a pensar quando fala sobre o sexo,

Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção (é para mostrá-lo que servem essas declarações solenes e liminares); cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos (FOUCAULT, 2010, p. 30-31).

A sexualidade não é negada nesse contexto, pontualmente no ensino superior, mais especificamente na Psicologia da serra catarinense, porém qual é a forma que é abordada a sexualidade nesse contexto? Há ai uma sexualidade que segundo Foucault, não é julgada ela não é questionada, ela é dita, mas negando os preceitos políticos e subjetivos do sexo, da sexualidade, ela é administrada na academia como uma disciplina, como Foucault (2010), chamou a área dos discursos “Polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (p.31). Logo, podemos questionar que tipo de sexualidade está sendo dita nos discursos de quem possui poder/saber, porque ela não é negada, mas é administrada, porém por qual discurso analítico tem sido abordada essa sexualidade é que há de refletirmos.

Desta forma, viemos a problematizar um currículo de Psicologia da Serra Catarinense, onde podemos levantar alguns pontos importantes para dialogo, mas o ponto essencial a ser

discutido no presente texto faz referência à disciplina de Sexualidade Humana que havia na estrutura anterior, a qual foi transformada em tema transversal na atual estrutura curricular de um curso de Psicologia da serra catarinense.

(Des) caminhos de uma análise

O presente trabalho foi realizado a partir da análise documental onde Pimentel (2001), entende que a análise documental raramente apresenta o percurso do pesquisador, pois tratamos de um processo de busca de documentos visando sintetizar e classificar o material seguindo uma ordem cronológica das publicações.

Desta forma buscamos nos documentos da estrutura curricular de um curso de Psicologia na serra catarinense a temática das identidades de gênero e sexualidade a partir de uma abordagem qualitativa onde esta possibilita desenvolver, elucidar e modificar conceitos, a fim de formular problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para futuros estudos (GIL, 1999).

De acordo com Mello (2007), os documentos como fonte de pesquisa, sejam documentos oficiais, filmes, músicas e textos, entre outros, “constituem fontes importantes da análise do uso de noções que circulam na sociedade e geram debates temáticos” (p.30), sendo estas fontes que permitem uma compreensão acerca da emergência de temas presentes em um cenário social específico.

No presente estudo foi analisada a grade curricular do curso de Psicologia, bem como a ementa de uma disciplina de Constituição do Sujeito, Personalidade e Psicologia Social, Psicologia Social e Determinação Social de Processos Psicológicos, Desenvolvimento Psicológico e Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Psicológico na Infância e Adolescência. Analisamos tais disciplinas que contemplaram os marcadores de gênero e sexualidade, porém não encontramos nem uma menção ao marcador identidades de gênero.

Ainda o trabalho foi submetido à análise de conteúdo, onde esta “compreende criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”, visto que documentos de domínio público representam uma cultura inserida em determinada sociedade, de forma que “algumas características particulares ou categorias conceituais que permitam passar dos elementos descritivos à interpretação” ou mesmo compreender como a estrutura curricular de um curso aborda as temáticas propostas para análise “verificando a influência desse contexto no estilo, na forma e no conteúdo” da formação de estudantes de Psicologia (CHIZZOTTI, 2001, p. 98, 99).

Compreendendo gênero e sexualidade: conceitos importantes para refletir um currículo *queer*¹

Porém, para colocarmos em questão todos esses esquemas de educação, precisamos pensar antes nas políticas de educação sexual e de gênero, de como estão colocadas nas diretri-

¹ Segundo Louro (2004) *queer* é tudo o que estranha o normal, o subversivo, assume a ambigüidade e desconforta. Teorias e práticas *queer* são anti normalizadoras, faz balançar as estabilidades e as certezas, questiona a “norma”, é o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis drags. *Queer* é desafiar a norma regulatória da sociedade, marca uma posição não-assimilacionista e não-normativa, uma forma mais transgressiva, uma posição política.

zes curriculares, de como tais diretrizes dão conta de trabalhar essas temáticas tão cotidianas, individuais e coletivas ao mesmo tempo.

Podemos perceber hoje a democratização do ensino, porém precisamos colocar em questão, para qual público essa “democratização do ensino” está posta. Nesse sentido, é importante pensar que nesses espaços da educação superior também há formação da constituição da sexualidade, das identidades de gênero. Judith Butler e Guacira Lopes Louro nos ajudam a pensar sobre os sujeitos segregados constituídos no campo da abjeção². Problematizando a heterossexualidade para compreender os processos de normatização que é principalmente corroborado pelo ensino superior, onde este é produtor de saberes, que muitas vezes vem ao encontro da normatização e classificação dos corpos e sujeitos que transgridem a norma heterossexual.

Contudo, em nossa história os sujeitos foram/são classificados, hierarquizados, normatizados e definidos pela aparência de seus corpos, partindo sempre dos valores culturais e para pensar um padrão hegemônico não podemos esquecer de “características dos corpos significadas como marcas pela cultura distinguem sujeitos e se constituem em marcas de poder” (LOURO, 2004, p. 76). Marcas essas que produzem uma hegemonia nas identidades de gênero e sexual.

O corpo então se torna causa e justificativa das diferenças “de um sinal ou marca da distinção masculino/feminino [as características] passaram a ser sua causa, aquilo que dá origem” (NICHOLSON, 2000, p. 18 *apud* LOURO, 2004, p.77). Ou seja, o corpo se torna anterior a cultura.

Assim Louro (2004), aponta para a importância de pensarmos em como o gênero tem sido inscrito discursivamente nos corpos e se expressando através deles, fazendo-se e modificando-se historicamente e culturalmente, porém Louro salienta que são “os processos e as práticas discursivas que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade” (p. 80) e assim conseqüentemente torne-se definidor dos sujeitos.

Para Butler (*apud* LOURO, 2000) os corpos não têm diferenças materiais, e também não somente discursivas, o sexo não funciona somente como uma norma, mas é parte de uma prática que regula e produz os corpos que esta norma governa. Assim, o sexo é um meio pelo qual normas regulatórias se articulam estruturando práticas das quais o discurso produz efeitos que ele próprio nomeia, essas normas produzem performances que constituirão a materialidade do corpo, mais designadamente, para materializar o sexo do corpo, a diferença sexual está a serviço da consolidação da imperiosa norma heterossexual. Tais práticas, movimentos, e essa fluidez do corpo em suas performances caracterizaram a diversidade das identidades de gênero e a segregação pelo imperativo heterossexual circunscrito na norma sexo/corpo.

Nessa perspectiva vemos o sexo como uma norma que viabiliza o sujeito, Louro (2000) vem afirmar que não podemos entender gênero como uma construção cultural que simplesmente é imposta na superfície da matéria - o corpo - pois o corpo em sua materialidade não pode ser pensado separado da norma que regula a performance do sexo, o sexo, então é o que qualifica o corpo para a vida no cerne do domínio da inteligibilidade da cultural.

² O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio [do que é considerado normativamente] do sujeito seja circunscrito. [...] Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção (FIGUEIREDO 2011 *apud* BUTLER 2001 p. 155, grifos do autor).

Nesse sentido a heterossexualidade é construída sócio-historicamente assim como a homoafetividade. Judith Butler afirma quando nos diz que:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado de um sexo previamente dado [...], tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2010, p.25).

Logo, nesse viés o binarismo do sexo não deixa espaço para outras identidades de gênero, tornando os sujeitos inviabilizados, assim sujeitos são corpos dinâmicos e instáveis, produtos de uma fantasia que Butler entende como liberdade. Logo “nenhum indivíduo torna-se sujeito se não foi antes sujeitado ou passou pelo processo de subjetivação”, desta forma, sujeitos inviabilizados pelo binarismo transitam entre essas duas esferas demarcando de forma paródica os sexos o masculino e o feminino (GALLINA, 2006, p. 557).

Por que não um currículo *queer*?

Quando se pensa sobre a educação numa perspectiva *queer* logo questiona-se o habitual, o que está em norma, Richard Miskolci salienta para “repensar o que é educar, como educar e para que educar. Em uma perspectiva não normalizadora, educar seria uma atividade dialógica” (MISKOLCI, 2012, p. 51). Logo, a educação como é posta deve ser questionada, e pode ser questionada em uma perspectiva *queer*. A educação *queer* está ligada a um sentimento de criticidade em relação às forças sociais que impõe uma norma através da educação formal atribuindo modelos formais de comportamento dos sujeitos, “padrões de identidade, e gramáticas morais aos estudantes, sobretudo crianças e jovens” (MISKOLCI, 2012, p. 36).

Não devemos pensar que os currículos não falam sobre sexualidade ou das identidades de gênero, porém como esses currículos se colocam, visto aos modelos morais que são impostos, Foucault (2010), afirma que “seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes” (p. 36), ao contrário, a forma como essa instituição propõe é que precisamos, a partir de uma perspectiva *queer*, problematizar e pensar em formas alternativas de como estruturar os currículos.

A ideia de propor um modelo diferenciado do currículo da educação superior não é impor um novo modelo, pois assim estaríamos caindo na mesma perspectiva que existe atualmente, mas sim promover um diálogo, acolher a diversidade que existe no espaço educacional, assim como aponta Richard Miskolci:

A proposta do *queer* é muito mais fazer um diálogo com aqueles e aquelas que normalmente são desqualificados do processo educacional e também do resto da experiência de vida na sociedade, e é esse diálogo que pode se tornar a própria educação (MISKOLCI, 2012, p.37).

Miskolci corrobora com a idéia de Foucault que a educação é um meio biopolítico de normalização coletiva, espaço esse que salienta as diferenças e percebe-se o exercício da norma a partir dos discursos e práticas que pululam as ideias de como deveríamos ser nos espaços coletivos, onde os sujeitos magros demais, gordos demais, feios, baixos, afeminados, surgem como demandas ou mesmo imposições de ser e estar no mundo, se expressando muitas vezes como violência simbólica, subjetiva, verbal, e muitas vezes física (MISKOLCI, 2012).

Nesse sentido a Psicologia tem a sexualidade como “objeto privilegiado dos processos de subjetivação na modernidade, a sexualidade se tornou objeto privilegiado da Psicologia e de todo campo ‘psi’” (NARDI, 2010, p. 152). A Psicologia é um dos campos que podem ajudar nos processos de subjetivação, por muito tempo acompanhou – e de certa forma ainda acompanha – manuais que patologizaram a homossexualidade e a transexualidade, como aponta Bento (2010), através do manual de Diagnósticos e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana (APA), como também no Código Internacional de Doenças, instrumentos esses que reforçaram e universalizaram o estigma de doença dessas identidades de gênero. Ainda Bento (2010) aponta que esses documentos colocam os transexuais construídos “como portadores de um conjunto de indicadores comuns que as posicionam como transtornadas, independentes das variáveis culturais, sociais e econômicas” (p. 63). São esses instrumentos que reforçam uma educação heteronormativa e naturalizam e matem essa norma.

Porém o Conselho Federal de Psicologia possui a resolução 001/99 desde 1999 considerando que a atuação do profissional de psicologia esta interpelada por ações ligadas a sexualidade. Desta forma o artigo segundo, resolve que “os psicólogos deverão contribuir com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas” (CFP, 1999, p. 02).

Desta forma, a Psicologia vem criando estratégias para combater o preconceito contra as diferentes identidades de gênero, porém ao analisar o primeiro volume do projeto da estrutura curricular de um curso de Psicologia da região serrana não encontramos nem uma menção à temática das identidades de gênero, apenas menções sobre sexualidade humana. O projeto deste curso prevê o Programa de Educação Permanente que

Possibilita oferecer unidades de aprendizagem que, quando realizadas como um conjunto, podem constituir um curso de especialização. Bastaria para isso um planejamento especial ao longo de um período. Tal tipo de Programa de Educação Permanente é uma forma de oferecer “cursos seqüenciais” a um custo mais barato para as instituições e com mais funcionalidade para a população que eventualmente tenha interesse nesses cursos (UNIPLAC, 2007, p. 54).

Tavares (2006), afirma que a educação permanente “parte do pressuposto da aprendizagem significativa” a qual está situada em um determinado tempo e constituindo-se em um processo político onde esta é “compreendida como sendo um processo educativo contínuo, de revitalização e superação pessoal e profissional, de modo individual e coletivo, com objetivo de

qualificação” (p. 288). Onde esta pode oferecer conteúdos não abordados na estrutura curricular, para responder a um processo educativo mais global pensando na qualificação do sujeito.

Logo, encontramos como tema de educação permanente a sexualidade humana como um item a ser oferecido, porém tais unidades podem ou não ser oferecidos depende da demanda de procura pelos acadêmicos. Faz-se importante frisar que a identidade de gênero sequer é mencionada dentro desses diferentes campos em que a Psicologia abrange ainda se pensando em educação permanente as identidades de gênero não são mencionadas.

Foi encontrado no segundo volume³ da Estrutura Curricular a temática de sexualidade apenas nas unidades de aprendizagem que abordam o desenvolvimento humano, tratando dos aspectos do desenvolvimento humano do nascimento a morte, ainda o texto está colocado como “aspectos do processo de desenvolvimento adulto (interações sociais, reações emocionais, processos de pensamento e de percepção, identidade, sexualidade, aprendizagem...)”, porém não há nem uma menção sobre a constituição de uma identidade de gênero (UNIPLAC, 2007, p. 176).

Vemos a sexualidade tratada como aspectos importantes do desenvolvimento, junto às relações sociais, aos processos intrapsíquicos, a constituição da identidade, porém ela aparece apenas nas unidades de aprendizagem que dizem respeito ao desenvolvimento humano, não encontramos dados sobre a sexualidade em unidades de aprendizagem como “Constituição do Sujeito, Personalidade e Psicologia Social” que possui como competência geral “avaliar os processos de determinação dos processos psicológicos constituintes ou definidores de uma pessoa na sua interação com o meio físico e social em que essa pessoa vive” (UNIPLAC, 2007, p. 184). Contudo, nessa unidade de aprendizagem não se observa a sexualidade ou as identidades de gênero englobada em sua ementa, tratando-se de uma unidade que aborda as determinações sociais dos processos psicológicos de constituição do sujeito, onde a sexualidade e as identidades de gênero são aspectos importantes de serem abordados no currículo da estrutura curricular de um curso de Psicologia, onde este trata dos aspectos da constituição do sujeito.

Ainda em uma unidade de aprendizagem do terceiro semestre encontramos a que diz respeito a “Psicologia Social e Determinação Social de Processos Psicológicos” não encontramos no projeto do curso de Psicologia o marcador “gênero”, porém no plano de ensino homologado em 27/02/2014, encontramos como um dos principais conceitos da unidade o marcador “gênero”. Percebe-se que a abordagem da temática das identidades de gênero depende do professor ao qual irá ministrá-la, onde esta dá brechas para abordar o tema (UNIPLAC, 2014).

Silva (2002), chama a discussão o currículo oculto, onde entende-se por “todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes (p. 78)”. Onde tais temáticas atravessam a constituição do sujeito, de modo que as identidades de gênero e a sexualidade são tratadas a partir do currículo oculto, contribuindo para aprendizagens sociais que ensina “através de rituais, regras, regulamentos, normas” (p. 79) reiterando a norma hegemônica.

³ O projeto político pedagógico do curso de Psicologia que foi analisado é dividido em três volumes, onde no primeiro volume o documento explica toda estrutura curricular da Psicologia das unidades de aprendizagem aos estágios obrigatórios, no segundo é apresentada as unidades de aprendizagem do primeiro ao sexto semestre, já o terceiro volume aborda os estágios divididos em ênfases e sub-ênfases (UNIPLAC, 2007).

Nesse sentido a sexualidade e as identidades de gênero dentro de um curso de Psicologia da serra catarinense podem ser percebidas como um conteúdo abjeto, Butler (2010) define abjeto como o desumanizado, se dá por algo temido, onde algo se constitui em campos inabitáveis, constituindo em um espaço de exclusão dentro da sociedade hegemônica. Ainda Miskolci traz a ideia de abjeção a partir de como

Compreendemos a dinâmica coletiva que gera a injúria e a violência contra aqueles e aquelas que explicitam a instabilidade do gênero e, das formas as mais diversas, encarnam a diferença, o que não se anula na familiaridade do óbvio ou na reconfortante mesmice em que descansa o olhar cotidiano (MISKOLCI, 2012, p. 41).

Nesse sentido, Miskolci e Butler, trazem o abjeto como fora de cena, onde percebemos os conteúdos da sexualidade e identidades de gênero, fora do comum. Percebeu-se no currículo deste curso de Psicologia, a ausência das discussões das identidades de gênero, onde nas unidades de aprendizagem de constituição do sujeito e dos determinantes sociais dos processos psicológicos vemos a sexualidade, como aponta Miskolci, a sexualidade e identidades de gênero não são anuladas em sua familiaridade, porém há a mesmice de um olhar cotidiano, onde vemos a sexualidade apenas nas unidades de aprendizagem de desenvolvimento humano.

Logo, percebe-se o currículo dado como naturalizado, onde as temáticas das identidades de gênero e sexualidade são abordadas de forma abjeta e sutil, Silva (2001) traz o currículo como “conjuntos de matérias significantes, é submetido a um novo trabalho de significação, que só pode ser, outra vez, realizado no contexto das relações sociais” (p. 22). Nesse sentido, a sexualidade e as identidades de gênero são constituídas nas relações sociais, entre elas, a academia e os currículos que naturalizam uma normatona impensável a abordagem das identidades de gênero através das relações de poder que essa norma estabelece, ou seja, a heteronormatividade.

Ainda Silva (2001), afirma que os “efeitos de sentido, como efeitos de poder, não funcionam [...] os efeitos de sentido são, fundamentalmente, efeitos de produção de identidades sociais particulares” (p. 25), como se percebeu no projeto do curso de Psicologia, vemos a sexualidade dentro de uma norma que mantém o padrão hegemônico, onde os efeitos de poder que exercem o currículo legitimam a norma heterossexual, tratando-o apenas nos aspectos do desenvolvimento humano.

Silva ainda afirma que

Dessa perspectiva, o currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimentos. O currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, currículo nos produz [...] o currículo também produz e organiza identidades culturais, de gênero, identidades raciais, sexuais (SILVA, 2001, p. 27).

Ao pensarmos no currículo e como somos envolvidos, nos cabe refletir que não é apenas um espaço de profissionalização, antes disso o currículo, como afirma o autor, nos produz, organiza nossa identidade profissional, pessoal, culturais. Ao problematizar o currículo de um curso de Psicologia percebe-se que não é negada a sexualidade, porém as identidades de gênero

não são mencionadas, há um exercício de poder da norma nesse documento, visto que a norma é legitimada nessa negação, e ao negar negamos o que há nós próprios sujeitos que cursam esse currículo.

Nessa perspectiva, Louro (2004) afirma que “nos deparamos com obstáculos epistemológicos muito difíceis ou quase impossíveis de ultrapassar” (p. 70), porém não são obstáculos intransponíveis, podemos pensar em formas de ultrapassar essas barreiras epistemológicas, através da teoria *queer* implicando segundo Louro “perturbar a familiaridade do pensamento e pensar fora da lógica segura [...] isso supõe um movimento de abandono das regras da prudência, da ordem, da sensatez” (p. 71).

Um abandono talvez do discurso hegemônico e possibilitar vazão a um discurso acolhedor das multiplicidades dos sujeitos, e não mais possibilitar uma norma curricular, mas sim currículos que abranjam a multiplicidade nos próprios sujeitos. O currículo é uma construção social, política, cultural e econômica do sujeito, “no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade” (SILVA, 2002, p. 159).

Considerações iniciais de uma discussão prévia

Ao refletir sobre esse currículo, questionamos a própria identidade dos sujeitos que são produzidos a partir dele. E não podemos pensar que questionar esse currículo ou qualquer outro é algo negativo, muito pelo contrario. Refletir e questionar são movimentos importantes para perceber quais as potencialidades e fragilidades deste. É um movimento para fortalecimento deste. De modo que repensar a forma usual de como o conhecimento está posto é fazer com que o conhecimento circule.

Percebeu-se que a temática de identidades de gênero e sexualidade é pouco abordada na estrutura curricular. Importante perceber que mesmo nas unidades que previam a constituição de sujeito, não haviam nem um momento a fala sobre tais temáticas. Faz-se importante ressaltar que as identidades de gênero e sexualidade ainda são temáticas que estão no campo da abjeção, precisa-se pensar muito mais acerca dessas temáticas. Como próprio Silva (2002) salientou, onde afirma que o currículo é formador de identidades, que reflete as estruturas sociais, refletem como a sociedade ainda percebe essas temáticas, na abjeção, no oculto.

Essas temáticas encontram-se ocultas nos currículos expressas através de regras, regulamentos e normas do cotidiano que reforçam gradativamente a norma hegemônica, problematizar os currículos por meio de uma perspectiva *queer* possibilita entender melhor como essas temáticas estão implícita

Somos sujeitos de sexualidade, somos sujeitos constituídos pela via também das identidades de gênero, é imperativo buscarmos meios de superação dessa abjeção desses saberes, e incorporá-los nas discussões cotidianas também.

Ao pensar a Psicologia não podemos deixar de considerar que são pontos essenciais da formação do sujeito, e muitas vezes inúmeros fenômenos psicológicos se expressão por essas vias. Não podemos desconsiderar movimentos tão importantes na formação de sujeito como a sexualidade e as identidades de gênero.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2010.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- FIGUEIREDO, Adrianna. “**Se pudesse ressurgir, viria como o vento**”. **Narrativas da dor**: corporalidade e emoções na experiência da travestilidade. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)* 2011, n.8, pp. 90-112.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: I: vontade de saber**. 20.ed. São Paulo: Editora Graal, 2010.
- GALLINA, Justina Franchi. **Pós-feminismo através de Judith Butler**. *Rev. Estud. Fem.*[online]. v.14, n.2, p. 556-558, 2006.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 1999.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidades de gênero**: Conceitos e termos. Brasília, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MELLO, R.P.; SILVA, A.A.; LIMA, M.L.C. and DI PAOLO, A.F. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia Social**, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: Um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autentica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.
- PIMENTEL, Alessandra. **O método de análise documental**: Seu uso numa pesquisa historiográfica. Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina . PR, *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 179-195, novembro/ 2001.
- TAVARES, Cláudia Mara de Melo. **A educação permanente da equipe de enfermagem para o cuidado nos serviços de saúde mental**. *Texto contexto - enferm.* [online]. 2006, vol.15, n.2, pp. 287-295. ISSN 0104-0707.
- UNIPLAC. **Psicologia Social e Determinação Social de Processos Psicológicos**. Plano de Ensino – 2014. Acesso em: 27/06/2014, disponível em: http://www.uniuplac.net/siag/plano_ensino_acoes.php.
- UNIPLAC. **Projeto do curso de Psicologia da Uniplac**. Universidade do Planalto Catarinense – Lages – SC, 2007.

WASELFISCZ, J. J. Mapa da Violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. In: CEBELA. Brasil: 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>. Acesso em: 01/04/13.